

Uma visão de Caio Prado Júnior

*Igor Zaroni Constant Carneiro Leão**

Resumo

A partir dos anos vinte e trinta um conjunto pioneiro de autores pensa o desenvolvimento capitalista no Brasil como a passagem de uma sociedade inorgânica e personalista e de um Estado patrimonialista a uma sociedade homogênea e um Estado moderno. Um dos mais importantes desses autores é Caio Prado Júnior que, tendo como referencial a obra de Roberto Simonsen, elabora uma matriz teórica e ideológica daquele desenvolvimento pensando-o como a transição de uma economia colonial a uma economia nacional marcada pela industrialização, a homogeneidade e igualdade social no seio de um país democrático e soberano. Sua obra, conquanto se possam fazer críticas a seu aparato analítico e à sua visão teórica global, ainda hoje, diante dos impasses da crise atual, permanece válida como agenda de preocupações que incluem a dependência externa, os direitos trabalhistas no campo e a distribuição de renda, a importância do planejamento e do Estado como peça central no desenvolvimento. Trata-se, por isso, de um autor que fornece elementos para a crítica à tão sobrevalorizada visão neoliberal da crise.

Desejo neste artigo oferecer uma breve visão da obra de nosso maior historiador, Caio Prado Júnior, e de sua atualidade. A importância desse autor reside em seu pioneirismo na abordagem da problemática do desenvolvimento brasileiro, abordagem esta que inspirou mais tarde outras visões fecundas do nosso desenvolvimento, como a de Celso Furtado, bem como constituiu o ponto de partida de revisões críticas da história brasileira, como aquela presente na obra

** Economista, doutorando em economia pela Unicamp e técnico do IPARDES.*

de Antonio Novais. Meu intento, aqui, consiste em contrapor Caio Prado Júnior a autores ligados à época dos primeiros trabalhos de Caio, traçar um esboço da matriz teórica que este compõe, e pensar sua importância atual. A leitura desses "explicadores do Brasil", cuja obra é escrita a partir dos anos em que se inicia o nosso processo de industrialização, impõe-se numa época, como a de hoje, em que se observa a crise de um longo período de crescimento articulado por um Estado desenvolvimentista, no contexto de profundas transformações na economia internacional de que o País participa, bem como dos próprios dilemas, opções e impasses que a sociedade e o Estado no Brasil enfrentaram ou se impuseram, ou enfrentam e se impõem na atualidade.

I

Uma forma de apresentar alguns eventos centrais nessa obra consiste em contrapô-la à de outros autores com obras contemporâneas às de Caio Prado Júnior. Em um primeiro plano, o da história econômica, creio que o melhor contraponto a este autor é Roberto C. Simonsen em *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, cuja primeira edição é de 1937. Os dois livros mais importantes nessa área, de Caio Prado Jr., são *Formação do Brasil Contemporâneo* (1ª edição em 1942) e *História Econômica do Brasil* (1ª edição em 1945).

Deve-se lembrar, como assinala Afrânio Peixoto, no prefácio ao livro de Simonsen, seu pioneirismo. Ele constitui a primeira tentativa bem sucedida de escrever uma história econômica, em oposição às existentes histórias políticas e administrativas do Brasil. Mais do que isso, a história econômica de Simonsen buscava a "infra-estrutura decisiva e fundamental da história descritiva tradicional", permitindo ver a história da civilização como um todo coeso e não mais uma história do Brasil separada da história da América e do mundo.

Simonsen destaca a importância da história econômica para a compreensão da história política e militar nos tempos modernos, acentuando a pequena importância a ela conferida não apenas nas faculdades superiores do Brasil, mas inclusive na Inglaterra e Estados Unidos. Destaca ainda Simonsen o pequeno interesse dos historiadores nacionais pelo tema, ressaltando entretanto alguns, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e, sobretudo, Pandiá Calógeras.

O livro de Simonsen vem, pois, preencher diversas lacunas, políticas e acadêmicas. O livro destacará, segundo seu autor, a era colonial, por "ter sido na era colonial que se formou a trama social asseguradora da estrutura unitária do País, buscando clarificar os

fatores externos que influenciaram o nosso período embrionário, que tiveram ação e que continuam a atuar na modelagem da nossa formação econômica".¹ É nesse sentido que Simonsen estudará inicialmente o período de transição para o capitalismo na Europa, enfatizando a revolução comercial como condição prévia ao nascimento da revolução industrial. Na esteira da revolução comercial formam-se grandes países agrícolas dentro de uma nova divisão do trabalho e são adotadas pelos grandes e emergentes estados nacionais definidas políticas coloniais que atuaram em nosso passado e ainda atuavam dada a natureza tropical da maior parte da nossa produção.

É pois a partir da situação colonial que se examinará a formação e a atualidade econômica do Brasil, destacando as diferentes condições em que se desenvolve a nossa economia *vis-à-vis* a das demais nações cujas vidas começaram contemporaneamente à nossa. No Brasil, a colonização teve de recorrer à agricultura, em um meio pouco atraente ao elemento europeu e adstrito a produtos tropicais, trazendo os portugueses uma grande massa de população africana que se reuniu à primitiva população autóctone.

A partir daí Simonsen organiza seus temas, sumariando os primórdios da invasão portuguesa, bem como da Espanha, em sua relação com a expansão comercial e o domínio e aproveitamento dos novos territórios, ultramarinos. Passa em seguida à forma inicial de aproveitamento das terras de Santa Cruz num contexto de expansão comercial da Índia e do Oriente e examina as políticas coloniais criadas para o Brasil como ponto de partida para a economia do açúcar. O ciclo do açúcar, na gênese de uma colônia marcada pela grande exploração de produtos tropicais com mão-de-obra servil, primeiro indígena e logo africana, a expansão da pecuária e sua importância para a unidade do Brasil, o ciclo da mineração, relacionado com a expansão paulista para o interior; os fundamentos da ocupação do Amazonas; o balanço do comércio da era colonial e os primeiros momentos de vida autônoma após a vinda de D. João VI ao Brasil, todos esses temas são levantados de forma a compor uma agenda detalhada e complexa de problemas para os historiadores futuros da economia brasileira, mas não apenas da economia.

Não é por outro motivo que os pontos levantados por Simonsen reaparecerão sob outro tratamento seja em Caio Prado Júnior seja, mais tarde, em Celso Furtado, com a *Formação Econômica do Brasil* (1ª edição em 1955). Em Caio Prado Júnior, especificamente, as preocupações anteriores são retomadas a partir de uma visão do Brasil característica de toda a sua obra: a visão de um país que transita da condição colonial para a de nação independente e autônoma, transição ainda incompleta, mas cujo desenrolar é o foco contínuo de Caio

¹SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil* (1500/1820). 8.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Prado Jr. Este reorganiza, portanto, o material de Simonsen, soma elementos, compõe com sua obra historiográfica um painel montado a partir de um ponto: a construção da nação. Esta construção passa a um primeiro plano, no qual diversos aspectos da vida da colônia e depois do país independente são elaborados, desde a vida material à vida social e política, da formação étnica à administração portuguesa. Todos estes aspectos são examinados a partir da gênese da colônia e do processo de passagem para nação. A revolução brasileira será precisamente a proposta política capaz de conferir ao País o estatuto de nação, proposta portanto montada a partir não da experiência histórica de outros países, mas das singularidades que caracterizam a formação do País.

Dentro desse plano, seja a *Formação do Brasil Contemporâneo*, seja a *História Econômica do Brasil*, compõem, juntamente com outras obras, como *Diretrizes para uma Política Econômica*; *História e Desenvolvimento*; *A Questão Agrária*; e *A Revolução Brasileira*, um conjunto de problemas e temas centrais que é insistentemente reposto a partir de vários ângulos. Tanto mais que Caio Prado Jr. não se vê como um mero historiador econômico, mas como o historiador que procura dar conta dessa questão abrangente e complexa que é a formação de uma nação. Isto explica o sucinto comentário de Caio Prado Jr. à *História* de Simonsen na bibliografia da *História Econômica do Brasil*: "trabalho sobretudo informativo". É muito pouco, pois Simonsen é pioneiro que Caio Prado Jr. retoma, mas se explica pelos limites mais modestos do livro de Simonsen na sua visão ideológica. Caio Prado Jr. é o grande ideólogo da nação, seja comentando o campo brasileiro, seja trabalhando a questão do capital estrangeiro e assim por diante.

Essa riqueza do trabalho de Caio Prado Jr. permite sua contraposição não apenas a Roberto Simonsen, mas ao conjunto de autores que, sobretudo nos anos trinta, elaboram retratos do Brasil, buscando captar o sentido da nossa evolução como país, desde o próprio *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, primo de Caio, cuja primeira edição é de 1928, até autores como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e outros da mesma importância.

Embora esses autores assumam posições políticas e ideológicas diversas, têm uma problemática comum: a passagem de uma sociedade marcada pelo seu passado colonial e, portanto, pela incoesão social e o personalismo; a outra, capitalista, dominada por laços de solidariedade e, ao mesmo tempo, a passagem de um Estado patrimonial ou oligárquico a um Estado burocrático e moderno. Esses temas não são excluídos por Caio Prado Júnior, principalmente em sua obra-prima, a *Formação do Brasil Contemporâneo*. Em seus

textos encontram-se os temas da heterogeneidade social e econômica, a distorção do liberalismo, a ineficácia da administração pública e outros.

Embora Caio Prado Júnior recuse intitular a revolução brasileira como democrática ou popular, ou outros adjetivos quaisquer, para ressaltar suas raízes autóctones e suas particularidades, é evidente que ele se move no âmbito de uma recusa ao liberalismo (como, aliás, Roberto Simonsen), da busca de uma transição a um capitalismo marcado pela coesão social, a cessação de miséria, a industrialização calçada no Estado e no capital nacional, assumindo pois uma postura política bastante clara. Nesse âmbito é que Caio Prado Júnior é um autor que deve ser colocado em face dos novos retratos do Brasil iniciados nos anos trinta e seus autores.

O nacionalismo de Caio Prado Júnior, um dos traços característicos de sua obra, já aparece naqueles retratos, a começar por Paulo Prado, com seu *Retrato do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda ou por autores anteriores, como Oliveira Vianna. Situar Caio Prado no seu tempo exige pois que se conheça algo desses autores, com os quais Caio Prado Júnior sempre interagiu.

II

Retrato do Brasil, *Raízes do Brasil* e os livros de Oliveira Vianna remetem-se à mesma questão - a transição do capitalismo no Brasil -, projetando imagens ou retratos do Brasil até certo ponto intercambiáveis. Apesar disso, apresentam propostas políticas ou "vias de transição" distintas.

Nestes livros, a transição, assimilada explicitamente a um processo de revolução (burguesa), é vista como a passagem de uma sociedade marcada pela incoesão social e o personalismo a outra dominada por laços de solidariedade social e, ao mesmo tempo, como a passagem de um Estado patrimonial (ou oligárquico) a um Estado burocrático ou moderno. Da mesma forma, esses textos se tocam ao examinarem as atitudes políticas predominantes. Assim, o povo, mesmo com o avanço da urbanização, mantém valores e práticas políticas moldadas no domínio rural. As elites, entendidas como "quadros dirigentes", conservarão na República um caráter aristocrático, distanciando-se da realidade nacional ao adotarem instituições do liberalismo europeu e norte-americano.

O liberalismo, no Brasil, conflitará com as formas da vida social, traduzindo-se na distorção das instituições liberais. Em consequência, gera-se uma situação de crise, suficiente para colocar em

risco a coesão nacional. Nesse quadro, torna-se necessária uma revolução que, readequando as instituições estatais à morfologia da sociedade, forneça a esta a sua coesão nacional. A revolução é condição indispensável para a continuidade do processo de urbanização ou de desenvolvimento capitalista, pois a crise do Estado liberal se manifesta em ineficiência do aparelho de Estado, incapaz de expressar mais que solicitações contraditórias das distintas oligarquias.

Evidentemente, este esquema ignora nuances importantes de formulação entre os livros citados, mas é válido como aproximação a todos eles.

Os livros divergem, entretanto, na sua proposta de reforma política. *Retrato do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, embora não ignore que a transição e a superação da crise possam ser realizadas através de uma experiência autoritária, indaga pela possibilidade de uma "verdadeira revolução", a um tempo democrática, nacional e popular. Oliveira Vianna e Paulo Prado inscrevem-se na tradição nacionalista-autoritária. Entre ambos há, entretanto, uma diferença importante de formulação, uma vez que Oliveira Vianna, propondo um Executivo forte e centralizado, procura ligar governo e povo pelo funcionamento das corporações de base econômica e cultural. Dessa maneira, segundo imagina, seria possível criar uma administração pública eficiente e apolítica ao lado de um Estado, este sim, verdadeiramente democrático e liberal. A proposta de Oliveira Vianna encaminha um Estado agente da modernização econômica e pedagogo do povo e da elite, que ganhariam, pela participação na administração pública, consciência nacional.

Sérgio Buarque, em contrapartida, não consegue vislumbrar suportes sociais para sua proposta, que perde, dessa forma, muito de sua força. Aparentemente, Oliveira Vianna está na sua dianteira no que se refere à questão de como superar as atitudes insolidárias tradicionais. Entretanto, entra-se aqui em terreno pantanoso, pois em Oliveira Vianna as corporações "nascem e morrem" no Estado, que organiza a nação de cima para baixo.

Aqui começam a surgir novas distinções importantes entre esses autores. Em Oliveira Vianna, coesão nacional significa supressão das possibilidades de conflito social. A ação das corporações será, portanto, concebida de forma a harmonizar relações de classe, para o que é essencial que o Estado defina e regule as formas de participação na administração, escolhendo, além disso, suas próprias fontes de opinião pública. A revolução buscará um desdobramento sem rupturas, como se o Estado e a sociedade pudessem conservar-se estáticos.

Em Sérgio Buarque, ao contrário, a concepção de revolução burguesa associa-se a um conjunto de rupturas, e a introdução dos novos tempos parece depender de instituições estatais que permitam seu desdobramento político, reequilibrando vida social e instituições políticas. O sentido dos termos "coesão", "harmonia" e "nação" ganha desta forma um sentido distinto, referido a um projeto de hegemonia de camadas, algo vagamente denominadas populares e urbanas.

Este projeto, constata Sérgio Buarque, não pode se basear no liberalismo clássico e nos partidos tradicionais, "importações" inadequadas à "nossa realidade". Não consegue, entretanto, delinear as instituições adequadas ou a forma de agendá-las. Por sua vez, Oliveira Vianna, tanto quanto Paulo Prado, tampouco esclarece quais são os suportes de sua própria proposta, uma vez que permanece obscura a natureza de seu Estado Autoritário/Corporativo. Que Estado é esse, aparentemente autônomo ou exterior à sociedade, diante de um povo e uma elite marcados pela inépcia política?

Centrando-nos em Paulo Prado, seu livro *Retrato do Brasil* ganha bastante com a leitura prévia de *Raízes do Brasil*.

O livro de Sérgio Buarque retoma do primeiro sua questão básica — a passagem de uma sociedade patriarcalista e de um Estado patrimonial a uma sociedade e um Estado modernos, no Brasil - e os temas mais importantes ligados a essa questão - os temas da anarquia da vida nacional, da relação capitalismo-democracia e da revolução burguesa.

Os dois livros coincidem em diversas observações e conclusões sobre esses temas. A cobiça e a luxúria que, segundo Paulo Prado, presidem à colonização do Brasil, terão paralelo na ética da aventura e no desleixo, de *Raízes do Brasil*, enquanto fontes da insolidariedade social. Em ambos os autores, esses conceitos apreendem a dominação do capital mercantil na colônia, associando-se à escravidão, ao baixo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho e à ética e moralidade senhoriais.

Da mesma forma, o desencanto frente à realidade, fruto do choque entre a mentalidade senhorial e a urbanização, segundo Sérgio Buarque, constitui-se num eco da "tristeza brasileira" que subtítulo *Retrato do Brasil*. A mesma tristeza, ou desencanto, explicará nos dois livros o alheamento das elites, seu bacharelismo ou, ainda, seu romantismo.

A anarquia da vida social e o bacharelismo e conservadorismo das elites darão funcionamento próprio às instituições liberais, concluindo ambos os autores pela inviabilidade do liberalismo clássico no Brasil.

Entretanto, *Raízes do Brasil* leva adiante a análise de *Retrato do Brasil*, como se observa, por exemplo, através do conceito de revolução empregado nos dois livros. A idéia de revolução como simples assalto ao poder transforma-se em Sérgio Buarque na idéia de um conjunto de rupturas, com dimensões e momentos distintos, na direção do capitalismo. A transição ao capitalismo surge dessa forma como um movimento complexo, enquanto *Retrato do Brasil* projeta antes a imagem de uma sociedade e de um Estado quase imóveis, à espera da revolução capaz de introduzir os novos tempos.

Em boa medida por essa distinção, Sérgio Buarque não descreve na possibilidade da revolução desaguar numa democracia adaptada às formas específicas da vida social e capaz de conferir à transição um caráter nacional e popular. Paulo Prado, ao contrário, aponta para uma vida estatista ou autoritária e também nacional. Sérgio Buarque não consegue apontar os fundamentos sociais que sustentariam uma via democrática de transição, confiando nas influências da própria urbanização. *Raízes do Brasil* torna-se, assim, paradoxal, justapondo uma proposta democrática a uma virtual demonstração de sua impossibilidade.

Paulo Prado tampouco explicita os suportes de sua revolução que, distinguindo-se de um movimento caudilhista, parece depender de indivíduos com consciência da "nação", isto é, de sua unidade (territorial) e do que é necessário para mantê-la (a redefinição de uma política de desenvolvimento capitalista). A proposta, entretanto, é obscura. Essas observações indicam a superficialidade da aproximação entre Paulo Prado e Sérgio Buarque estabelecida por alguns críticos. Não bastassem as diferentes propostas políticas, Sérgio Buarque parece ter tomado *Retrato do Brasil* como um ponto de partida, desenvolvendo e precisando conceitos e uma análise que permite reler Paulo Prado.

III

Neste ponto se impõe o esboço da matriz teórica de Caio Prado Júnior. Seu ponto de partida é o conceito de nação, construído a partir das noções de soberania, democracia, igualdade social, homogeneidade social e industrialização. A nação, no autor, é tanto um valor - e, logo, uma proposta política -, quanto uma categoria analítica. O exame do autor começa pois pela análise dos conceitos básicos, o de economia colonial, que é o ponto de partida do processo de formação do capitalismo brasileiro, e o de economia nacional, que é seu ponto, ainda não totalmente atingido, de chegada. A economia nacional é conceito construído observando-se o capitalismo desenvolvido, re-

metendo às noções de estrutura industrial integrada, na qual produção e consumo se alimentam mutuamente, e de um organismo produtivo voltado para o atendimento das necessidades fundamentais da população que trabalha e vive no País. Por seu lado, a economia colonial é construída conceitualmente a partir da forma de inserção da colônia brasileira nas primeiras etapas do capitalismo mundial, como estrutura produtiva voltada para o atendimento de mercados exteriores e calçada na grande lavoura monocultora e no trabalho servil. O autor destaca, com isso, a especificidade da formação do nosso capitalismo, em oposição à visão da III Internacional, que postulava um desenvolvimento das nações sul-americanas por etapas que repetiriam a sucessão dos modos de produção observada na história dos países europeus. Entre a economia colonial e a economia nacional media o desenvolvimento do capitalismo no sentido da constituição da nação tal como entendida pelo autor, o que leva a análise para um plano complexamente construído, nos níveis político, social e econômico.

O autor propõe nessa trajetória uma periodização que articula um momento externo - o desenvolvimento do capitalismo internacional em suas etapas: o capitalismo mercantil, o capitalismo concorrencial e o imperialismo - a um momento interno, revelado por marcas como a independência política, a cessação do tráfico e a abolição, a república e a crise da economia capitalista exportadora do café. Nesse sentido, a dinâmica do desenvolvimento é entendida como uma análise da totalidade, feita exemplarmente em *Formação do Brasil Contemporâneo* e, muito mais limitadamente, em *História Econômica do Brasil*. Nesse contexto, Caio Prado Júnior faz um balanço da obra colonizadora na virada do século XVIII para o XIX e acompanha as articulações sucessivas e contraditórias que impulsionam e limitam a configuração da nação, entre o momento externo e o momento interno, deixando claro como a crescente complexidade do processo produtivo, a progressiva homogeneização social e o crescimento de um mercado interno potencial conduzem inexoravelmente ao desenho da nação e à superação dos remanescentes coloniais, inclusive porque estes são incompatíveis com o equacionamento de problemas na balança de pagamentos e de uma organização financeira sólida no País.

O conceito de revolução do autor é o de rupturas com os remanescentes da economia colonial nascida nas circunstâncias e especificidades do desenvolvimento brasileiro, e aponta para a consecução final do projeto nacional, partindo do estágio já atingido por esse mesmo desenvolvimento. Por isso, o programa da revolução apontará para a superação dos resíduos escravistas nas relações de trabalho no campo, pela reforma agrária destinada a ampliar o mer-

cado interno e supri-lo em gêneros de consumo interno, pela luta antiimperialista, que passa pelo controle estatal do comércio externo e o controle das remessas de lucros para o exterior, bem como por uma rigorosa intervenção estatal no livre curso da iniciativa privada, como forma de integrar e dar bases sólidas à indústria. Os suportes dessa revolução serão as classes populares no campo e na cidade, uma vez que as classes burguesas estão profundamente ligadas à ação do imperialismo no País, sem que isso signifique uma proposta de ruptura com o capitalismo, o que para Caio Prado Júnior não está na agenda política, mas sim um relacionamento entre classes e segmentos sociais voltados para uma solidariedade orgânica ainda que baseada em meios mercantis.

Deve-se fazer aqui duas observações. A primeira é que Caio Prado Júnior procede a uma recuperação do passado brasileiro, dentro da sua ótica teórica, utilizando sobretudo suas ferramentas de historiador. Não possui, ao mesmo tempo, um aparato analítico baseado na teoria econômica, ao contrário, por exemplo, de Celso Furtado. A obra deste último, claramente, e sem que ele mesmo dê os devidos créditos, se inspira em Caio Prado Júnior, seja em seus conceitos fundamentais, seja em sua periodização do desenvolvimento, mas Furtado possui um aparato analítico sofisticado, centrado na noção de fluxo de renda que por sua vez se inspira no mecanismo do multiplicador. Isto tornará a obra de Furtado mais rigorosa e, em termos de aceitação acadêmica, mais bem sucedida. Creio, entretanto, que esta observação não encaminha a melhor crítica que se pode fazer a Caio Prado Júnior.

Esta crítica, e aqui está a segunda observação, é que Caio Prado Júnior e, de resto, Celso Furtado, não possuem uma noção de padrão de acumulação presente nos períodos observados, como o da economia capitalista exportadora, o período 1930-55 e o do Plano de Metas. A noção de padrão de acumulação só será introduzida em história econômica muito mais tarde, na década de setenta, nos trabalhos de João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares, combinando uma visão marxista vigorosa e crítica com um instrumental keynesiano-kaleckiano, que introduz uma moderna concepção do ciclo econômico. Mas não se pode exigir tais horizontes teóricos de um autor seminal e original, autodidata, como Caio Prado Júnior, cuja contribuição mais importante se dá inclusive antes dos primeiros trabalhos da Cepal. Tais deficiências, se assim as podemos chamar, se traduzirão num viés subconsumista que só muito mais tarde se viria a avaliar criticamente.

Entretanto, a proposta de Caio Prado Júnior, a conclusão do processo de constituição da nação nos moldes em que delineou, é

muito mais uma proposta (e uma derrota) política que uma visão equivocada da história. Nesse sentido, permanecem na agenda preocupações que ele levantou, como a da dependência externa, e sobretudo a construção de uma nação que insira sua população no teor de vida material e cultural próprio das populações dos países desenvolvidos. E aí se colocam a questão dos direitos trabalhistas no campo, a da reforma agrária, a do papel do Estado e do planejamento e outras que ele, historiador, levantou, e gerações de economistas e homens de Estado maltrataram ou ignoraram. Estamos aí já no terreno da sua atualidade.

Exponho a seguir algumas reflexões sobre a atualidade de Caio Prado Júnior no que se refere aos impasses atuais do nosso desenvolvimento. Em primeiro lugar, é consensual que, diante da problemática desse desenvolvimento tal como ela se apresentava nos anos mais fecundos da produção teórica do autor, este soube reunir numa visão abrangente os aspectos principais da economia e sociedade brasileiras na ótica de sua proposta política e analítica. A consecução de uma visão com grau semelhante de abrangência da crise brasileira atual e suas múltiplas implicações é tarefa que se impõe aos nossos atuais analistas, e tem sido encaminhada por alguns, como atesta o belo ensaio de João Manuel Cardoso de Mello, "Consequências do Neoliberalismo".

Sem tentar fazer um diagnóstico da crise atual, que se acha presente em diversos trabalhos principalmente a partir da segunda metade dos anos oitenta, lembremos que ela tem um claro componente interno, expresso por exemplo na chamada "privatização do Estado" e sua decorrente crise fiscal bem como no nó górdio da industrialização brasileira, que sempre foi o da definição de um padrão adequado de financiamento do investimento. Todavia, ela apresenta componentes derivados da reestruturação produtiva dos países centrais e sua "modernização conservadora", com reflexos diretos sobre o tecido produtivo e social dos países do segundo e terceiro mundos e, logo, também sobre a economia e a sociedade brasileiras.

Essa combinação de elementos internos e externos, que expressa as dificuldades e inspira alternativas políticas do desenvolvimento do País, tem se traduzido numa virtual estrada para a desindustrialização e o retorno a uma condição de subdesenvolvimento, na medida em que os setores mais importantes do ponto de vista das modernas estruturas industriais atrasam-se fortemente em termos tecnológicos e produtivos ou sequer chegam a se instalar, observando-se o mesmo atraso em setores montados há muito no Brasil, como o têxtil. A liberalização progressiva das importações e

os descaminhos da política tecnológica no País agravaram esse quadro, problematizando o desenvolvimento de setores novos e todo um vasto cordão de pequenas e médias empresas, como aquelas localizadas no fornecimento de autopeças. A queda do investimento na economia colaborou para o atraso tecnológico, bem como a forte concentração do investimento das empresas transnacionais nos países centrais. Uma modernização parcial observa-se apenas nas maiores empresas, em geral estrangeiras, sem grande aumento de capacidade produtiva, levando todo esse contexto a uma crescente heterogeneidade produtiva da economia bem como a uma crescente heterogeneidade social, uma vez que o nível de empregos só cresce significativamente nos setores informais e de baixa renda e se estancam as possibilidades de ascensão social. Uma inserção passiva na economia mundial, tal como perseguida pela política industrial desde o governo Collor, tem substituído esforços coerentes no sentido da retomada da industrialização e suas implicações sociais. A esse esgarçamento do tecido produtivo tem também correspondido uma crescente fragmentação da solidariedade entre as diversas regiões do País que se centrava no dinamismo industrial e do investimento público e privado.

Fica clara, observando a cena brasileira, uma acelerada corrida para o subdesenvolvimento, que a proposta neoliberal de restringir o papel do Estado a assegurador da estabilização monetária e equidade social não pode deter. De fato, como assegurar estabilidade à moeda se a âncora principal desta é a própria produção, e o dinamismo desta, numa economia complexa e diversificada como a nossa, não pode se basear em elementos como a inserção passiva ou via nichos no mercado internacional, cujo crescimento, aliás, é baixo e centrado nos países mais desenvolvidos? Como assegurar equidade social apenas com políticas sociais tradicionais, deixando de lado intervenções decisivas do Estado em âmbitos como a distribuição efetiva da renda e a elevação dos salários, a reforma da estrutura agrária, o enfrentamento da hipertrofia do setor bancário e seus ganhos usurários e imobiliários? Como buscar, dessa forma, elementos legitimadores da ordem política, como a busca da igualdade e homogeneidade sociais e perspectivas de ascensão social numa economia dinâmica? Como buscar tudo isto sem elementos que reportem a uma revitalização do papel do Estado em seu controle sobre a iniciativa privada, papel planejador em níveis nacional e regional, buscando integrar o tecido produtivo e o tecido de relações sociais e políticas, numa palavra, sem objetivar a consecução da nação?

Nesse sentido, creio que, quaisquer que sejam as críticas que hoje se possam fazer à matriz teórica de Caio Prado Júnior, ele é, ao

lado de outros autores que pensaram o desenvolvimento capitalista do País, alguns dos quais examinados acima neste artigo, um pensador que nos deixou como herança uma preocupação com as questões que, embora reelaboradas, estão no cerne da discussão de uma alternativa democrática para os dilemas que hoje enfrentamos: a defesa do conjunto da economia e sociedade brasileiras, pensado como nação no sentido de um país industrializado, integrado e homogêneo socialmente, democrático e soberano, que atenda às necessidades básicas de sua população. Portanto, um país em que sua condição periférica seja ativamente questionada, mobilizando para isso o Estado como a "força concentrada da sociedade". Um país ainda que, se não pode prescindir do capital estrangeiro para o seu desenvolvimento, o que seria inimaginável, pode negociar com ele na medida em que organiza seu espaço interno num sentido precisamente oposto ao do pensamento neoliberal, isto é, como "capitalismo organizado". Penso, portanto, que Caio Prado Júnior é um autor atual, tanto para pensarmos a trajetória histórica brasileira, como para fornecer pistas acerca do debate sobre a crise que vivemos, se quisermos uma sociedade orientada pelos valores básicos que ele sempre defendeu. Além disso, Caio Prado Júnior nos deixa o problema de quais suportes políticos mobilizar para as transformações de que tanto necessitamos, dada a própria diferenciação observada hoje na sociedade brasileira, e que tem tido até agora, após tantos anos de crise, um papel tão avesso a mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 12.ed.rev. São Paulo : Ed.Nacional, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 7.ed. Rio de Janeiro : J.Olympio, 1973.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **Conseqüências do neoliberalismo. Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n.1, p.59-67, ago.1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. s.l. : Gráfica Urupês, 1954.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1947.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História**. Org. por Francisco Iglésias. São Paulo : Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais, 26)
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. São Paulo : Brasiliense, 1972.

- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo :
Círculo do Livro, s.d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo : Brasiliense,
1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 5.ed. São Paulo :
Brasiliense, 1977.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil : ensaio sobre a tristeza brasileira**.
2.ed. São Paulo : IBRASA : INL, 1981.
- SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**.
8.ed. São Paulo : Ed.Nacional, 1978.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro :
Paz e Terra, 1973.
- VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. 2.ed.
São Paulo : Cortez, 1987.

RECEBIDO PARA PUBLICAÇÃO
EM OUTUBRO DE 1994
